

# O governo dá o exemplo

ESTADO DE SÃO PAULO

20 MAR 1985

Já não se pode mais duvidar de que o governo da Nova República esteja firmemente decidido a dar prioridade ao combate da inflação, pois, empossado há poucos dias, logo tratou de demonstrar por medidas concretas. Os governos emanados da revolução de 1964, com exceção talvez do primeiro, jamais ousaram tomar providências tão drásticas e incisivas como estas de agora, que, sem atingir o contribuinte, afetam precipuamente o setor público. É provável que a Nação seja chamada a empenhar-se na cruenta luta contra a inflação, mas somente depois que o próprio governo, por seus atos, tiver dado o exemplo.

Antes mesmo da solenidade de posse, havíamos ressaltado que medidas drásticas — mas não medidas de impacto — seriam tomadas logo que o novo governo assumisse o poder. De início, patentear-se-ia a vontade, do novo governo, de criar condições para dar mais um passo à frente e, notadamente, de promover amplo diálogo sobre o pacto social. Nota-se que, apesar da ausência de seu idealizador, o processo se desenvolve de acordo com as previsões.

É mister entender claramente o

significado e as conseqüências das decisões que acabam de ser tomadas. Antes de tudo, porém, deve-se entrever a atitude fundamental que as inspira. O governo está convencido de que antes de se empreender qualquer programa de retomada do crescimento, conformemente a seu objetivo, é preciso dominar a inflação, que parece haver escapado, por motivos especiais, ao controle do governo anterior. Ora, a nova equipe governamental está persuadida de que a inflação se origina no crescimento monetário desmesurado, provocado pelo déficit do setor público. Não se justificaria conter a expansão da moeda sem reduzir simultaneamente o déficit. Mas essas medidas devem não só fazer declinar a inflação (o que constitui o melhor meio de consolidar a retomada da demanda) como também a taxa de juros, tornando possíveis os investimentos, sem os quais não há verdadeiro crescimento econômico.

Adotando medidas que talvez venham a afetar, por algum tempo, certos setores da economia, mas que, em contraste com um aumento da carga tributária, que seria repassado aos preços, não fomentam a inflação,

o governo poderá amealhar recursos que reduzirão a base monetária, neutralizando, deste modo, eventuais tendências inflacionárias. Os novos cortes nos gastos do setor público surtirão o efeito não só de reduzir o déficit como também de forçar a melhora da produtividade do setor, que se tornará mais eficiente.

O governo tem outra prioridade: pagar as dívidas. Os presidentes das empresas estatais, que, com grande levianidade, estão encarregando o Banco do Brasil de pagar suas dívidas externas, serão doravante responsabilizados se faltarem a seus compromissos. Esperamos que as exigências apresentadas com vistas à dívida externa sejam logo estendidas à dívida interna, aos fornecedores e empreiteiros.

Suspensão temporária de empréstimos e cortes definitivos nos gastos públicos são medidas que devem produzir choque proveitoso no sentido de se conseguir uma mudança de expectativa no tocante à taxa de inflação e possibilitar a redução das taxas de juros. Com tais medidas, o governo espera preparar o terreno para iniciar, com os sindicatos operários, o diálogo sobre o pacto

social e, além disso, para reiniciar as conversações com o FMI.

Se o governo der o exemplo da austeridade, sem afetar negativamente a Nação, estará no direito de requerer a cooperação de todos para o mesmo fim: das empresas, para que não fixem seus preços em função de uma expectativa de inflação infundada; dos sindicatos, para que renunciem, diante de perspectiva melhor, a reajustes salariais trimestrais, que só criam ilusões.

Não teria sido recomendável o governo reiniciar as conversações com o FMI antes de demonstrar sua disposição de tomar medidas drásticas para conter a inflação. Mas, ao mesmo tempo, o governo espera, do organismo internacional, posição mais realista quanto a suas exigências. Importa compreender que o governo não pretende desencadear outra recessão. Expõe-se, sim, ao risco de retardar um pouco o processo de recuperação da demanda, a fim de criar condições para um desenvolvimento mais duradouro e mais firme. Não há dúvida de que se trata de uma aposta que só cabe num clima de credibilidade e só com o apoio da Nação poderá surtir os resultados ambicionados.